



SOCIEDADE

Insegurança preocupa mais do que corrupção

Pesquisa constata que combate à violência é prioridade para 28% dos entrevistados, para os quais há a percepção de que situação está se agravando. Levantamento considera que tecnologia é importante ferramenta para a proteção das pessoas

» RENATO SOUZA

A insegurança provocada pela criminalidade é a principal preocupação dos brasileiros. Pesquisa realizada pela Quaest, em parceria com a Pax, uma empresa brasileira de inteligência artificial para segurança pública, aponta que, na visão dos cidadãos, a violência é o maior problema do país. A Pesquisa Nacional de Segurança e Tecnologia aponta que o tema é prioridade para 28% dos entrevistados, à frente da corrupção (22%), da economia (19%) e da saúde (15%).

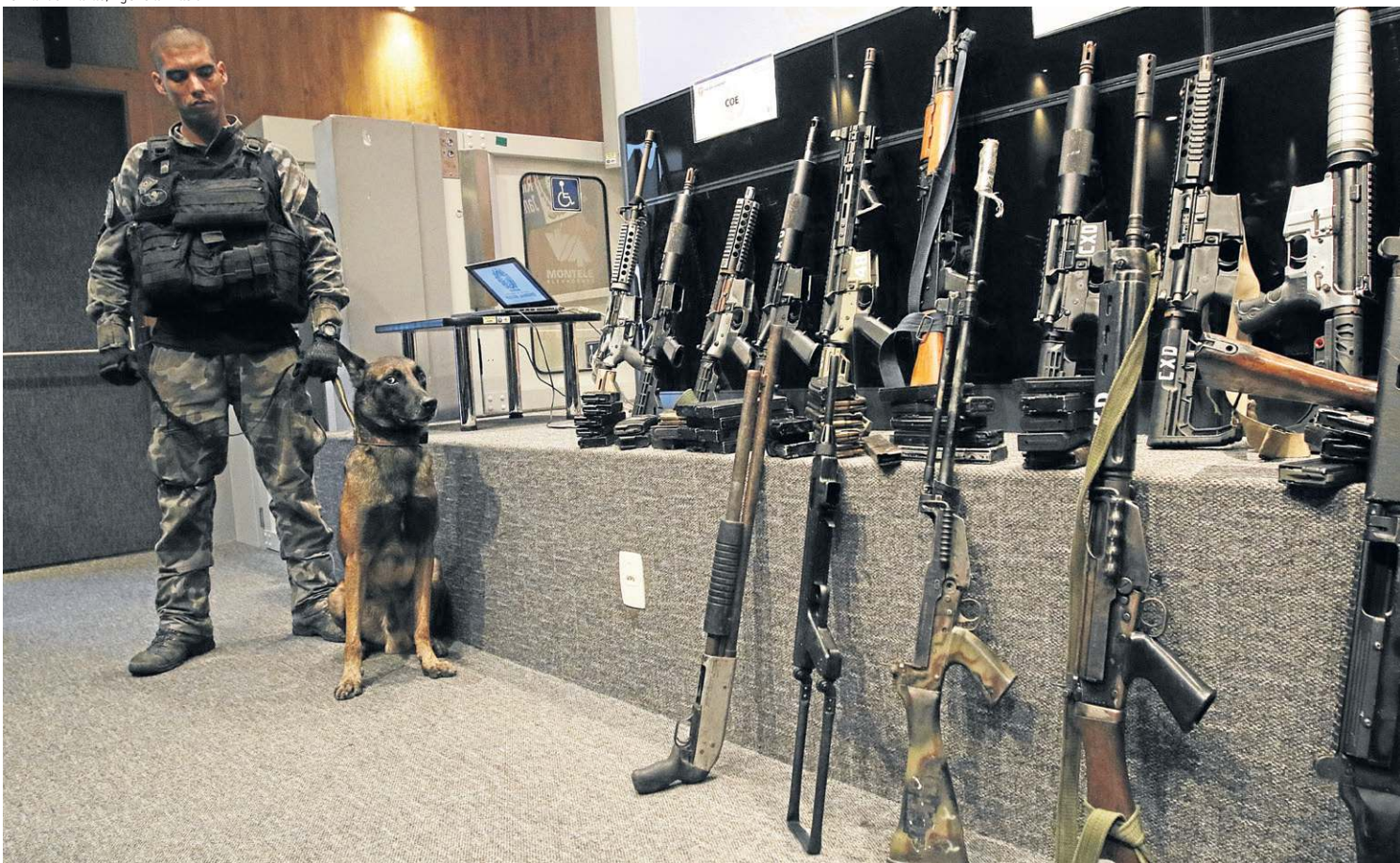
Segundo a pesquisa, há forte percepção de agravamento da criminalidade, pois 70% afirmam que a violência aumentou muito nos últimos dois anos — outros 9% afirmam que aumentou um pouco, mas, para 15%, a situação ficou igual. Apenas 5% percebem alguma redução — 4% dizem que diminuiu um pouco e 1%, que diminuiu muito.

O levantamento perguntou aos entrevistados sobre o que “sabem ou ouvem falar” a respeito da violência no período. Entre aqueles que acreditam que aumentou, 73% atribuem a percepção tanto ao aumento do número de crimes quanto ao fato de os delitos terem ficado mais violentos. Outros 14% dizem que ocorreram mais crimes, enquanto 12% consideram que ficaram mais violentos.

A percepção de aumento da violência vem acompanhada de uma avaliação negativa sobre a punição aos criminosos. Sessenta e sete por cento dizem que a punição tem sido menor nos últimos anos, contra 22% que consideram que ela aumentou. Outros 11% não souberam ou não responderam.

A pesquisa também aponta para uma possível resposta tecnológica ao problema. Oitenta e seis por cento dos entrevistados são

Fernando Frazão/Agência Brasil



Apreensão de armas em operação policial no Rio. Para 70% dos entrevistados na pesquisa, criminalidade avançou muito nos últimos dois anos

favoráveis ao uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) na segurança pública, sendo 60% totalmente favoráveis e 26% mais favoráveis do que contrários. Apenas 9% se posicionaram contra, 5% totalmente contra e 4% mais contra que favoráveis. O levantamento perguntou aos entrevistados, de forma geral, “quão favorável ou contrário” eram ao uso de IA na segurança pública.

Tecnologia

No entanto, os entrevistados também apontaram soluções e acreditam que a tecnologia é uma

importante aliada para mais segurança. Câmeras de monitoramento integradas à inteligência artificial e ao trabalho policial são consideradas uma forma de melhorar a segurança por 93% dos brasileiros. O mesmo percentual aparece para a proposta de educar melhor e oferecer mais oportunidades aos jovens. Punir criminosos com leis mais rígidas tem 92% de concordância, enquanto investir em inteligência, com maior uso de tecnologia entre as forças policiais, e ampliar o policiamento nas ruas registram 90% cada.

“Segurança pública é um problema complexo, que não se

resolve de forma isolada. A tecnologia contribui quando potencializa a ação policial, tornando o trabalho mais rápido, preciso e efetivo. A IA traz uma nova chance para atacarmos o maior problema do país — e a pesquisa mostra que os brasileiros não querem que os governos deixem essa oportunidade passar”, afirma David Peixoto, cofundador e CEO da Pax.

A pesquisa detalha também o que os entrevistados esperam do uso de câmeras conectadas a sistemas de inteligência artificial. Entre as aplicações apresentadas, 96% acreditam que pode ajudar no patrulhamento e na prevenção de crimes.

O índice chega a 95% para coibir roubos e furtos, combater crimes violentos, recuperar bens roubados e buscar pessoas desaparecidas.

Quando os entrevistados tiveram de escolher em qual área a tecnologia poderia ajudar mais, o combate ao feminicídio e à violência contra a mulher ficou em primeiro lugar — 15% das respostas. Na sequência aparecem combate às facções criminosas (10%), combate a roubos e furtos (9%) e, com 8% cada, melhoria da velocidade de resposta da polícia, busca por pessoas desaparecidas, investigação e esclarecimento de crimes e combate aos crimes violentos.



Segurança é um problema complexo, que não se resolve de forma isolada. A tecnologia contribui quando potencializa a ação policial, tornando o trabalho mais rápido, preciso e efetivo”

David Peixoto,
cofundador e CEO da Pax

A adesão à tecnologia, entretanto, não é acompanhada de apoio irrestrito. Entre os entrevistados contrários ao uso de ferramentas de IA na segurança pública, o risco de erro na identificação de pessoas é a principal preocupação, citado por 16%. Em seguida aparecem a dúvida sobre a eficácia da tecnologia (15%) e a preocupação com invasão de privacidade (12%).

Embora a violência lidere o ranking da pergunta sobre o maior problema do país, outros temas têm peso relevante na percepção dos entrevistados. A corrupção aparece em segundo lugar, com 22%; a economia, em terceiro, com 19%; e a saúde, em quarto, com 15%.

A Pesquisa Nacional de Segurança e Tecnologia foi realizada entre 12 e 15 de setembro de 2026, e entrevistou presencialmente 2.004 brasileiros com 16 anos ou mais, por meio de entrevistas face a face com questionários estruturados. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para um nível de confiança de 95%.

PF ataca conexão do PCC com máfia italiana

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a Operação Eredità, para combater uma “estrutura criminosa transnacional” baseada na ligação do Primeiro Comando da Capital (PCC) com mafiosos italianos para o envio de pelo menos 4,6 toneladas de cocaína da América do Sul para a Europa. Agentes federais cumpriram sete mandados de prisão preventiva e cinco de busca e apreensão, além de medidas patrimoniais de sequestro de imóveis, bloqueio de bens e valores

em contas bancárias e de aplicações financeiras das pessoas físicas e jurídicas investigadas.

Um dos alvos da operação foi o advogado Patrick Raasch Cardoso. Segundo o juiz Alessandro Rafael Bertollo de Alexandre, da 14ª Vara Federal de Curitiba, valendo-se de sua condição de advogado, Patrick “levava instruções do cárcere aos operadores externos e a lideranças de facções criminosas como o PCC”. A defesa dele não se manifestou até o fechamento desta

edição. O magistrado aponta para “crimes de elevada gravidade” em sua decisão.

Segundo a PF, a operação tem origem no aprofundamento de fatos apurados nas operações Retis e Spiderweb, que revelaram a associação entre integrantes responsáveis por fornecimento de logística para exportação de cocaína. A ação também é um desdobramento das operações Samba e Mafiusi, deflagradas no Brasil e na Itália em 10 de dezembro de 2024.

Os investigadores identificaram o vínculo da estrutura criminosa em pelo menos 11 apreensões realizadas entre 2019 e 2020, totalizando mais de 4,6 toneladas de cocaína, que tinham como destino diferentes países europeus. A PF descobriu uma estrutura financeira destinada a movimentar, ocultar e dissimular o dinheiro do tráfico internacional.

A Operação Eredità contou com o apoio da Equipe Conjunta de Investigação firmada entre

Brasil e Itália entre 2020 e 2025, integrada pela PF e o Ministério Público Federal e, do lado italiano, o Departamento Anticrime de Turim do Raggruppamento Operativo Speciale Carabinieri, além do Ministério Público de Turim.

Na quarta-feira, os Estados Unidos acusaram o Brasil de ter falhado no combate ao PCC e ao Comando Vermelho, segundo documento elaborado pelo Departamento de Estado entregue ao Congresso norte-americano.

O relatório afirma que as duas facções transformaram o país em um “centro relevante para o fluxo global de cocaína”.

O governo brasileiro rebateu o relatório e desqualificou as “alegações de que existam falhas ou omissões no enfrentamento ao crime organizado transnacional”. Observou, ainda, que os EUA desconsideraram “as dezenas de milhares de operações de combate ao crime por forças federais, com bilhões de reais de prejuízo aos criminosos”.

EDUCAÇÃO

País “lidera” em distância social

» RAFAELA BOMFIM*

Estudantes de menor nível socioeconômico tiveram, em média, 375 pontos em leitura no Pisa 2025, enquanto os de maior nível socioeconômico alcançaram 462 pontos. A diferença de 93 pontos coloca o país como aquele com a maior distância de desempenho entre os dois grupos na América Latina e no Caribe, segundo análise do Instituto de Evidência Educativa com base nos resultados da avaliação internacional.

O levantamento compara os 25% dos estudantes em situação

socioeconômica menos favorecida com os 25% mais favorecidos. Entre os alunos de menor nível socioeconômico, 64% ficaram abaixo do nível 2 de leitura, considerado pelo Pisa o patamar mínimo de competência. No grupo de maior nível socioeconômico, esse percentual foi de 26%. Segundo o relatório, isso significa que a proporção de estudantes que não alcança o nível mínimo é 2,5 vezes maior entre os menos favorecidos.

O nível 2 exige que o estudante consiga, entre outras habilidades, identificar a ideia principal de um texto de extensão moderada,

localizar informações a partir de critérios explícitos e estabelecer comparações ou reflexões sobre o propósito e a forma dos textos.

A diferença também aumentou em relação à edição anterior do exame. Em 2022, a distância entre os estudantes dos dois extremos socioeconômicos era de 88 pontos. Em 2025, passou para 93. No mesmo período, a média geral brasileira em leitura praticamente não mudou: caiu de 410 para 408 pontos, redução estatisticamente insignificante.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Divulgação/Secretaria de Educação SP



Abismo socioeconômico divide brasileiros em dois níveis no Pisa